

Autor: Pedro Grunewald Louro

Título: Nem parece banco: o Instituto Unibanco e a fabricação do Ensino Médio no Brasil (2008-2019)

Resumo: Este projeto visa examinar a participação de institutos e fundações empresariais na produção das categorias cognitivas que vêm informando as políticas educacionais e os debates públicos em relação o ensino médio no Brasil desde 2008 - quando passa então a ser discutido a sua obrigatoriedade no Congresso Nacional. Propomos pesquisar o Instituto Unibanco, uma vez que sua atividade consiste na produção e difusão de conhecimento sobre os rumos nacionais da educação escolar e seus impactos em temáticas correlatas, o que ele agencia em coalizão com diferentes organizações empresariais, grupos de experts, jornalistas e articulistas, mandatários políticos e quadros da alta burocracia estatal. Diante dessa atuação multidimensional, temos como objetivos (a) a reconstrução da trajetória social dos agentes que dão corpo às intervenções do Instituto Unibanco, objetivando as propriedades materiais e simbólicas que os habilitam a inflectir nas disputas vigentes em torno do ensino médio; e (b) a codificação das operações de crítica e de justificação que tais agentes forjam a fim de investir mudanças legítimas nas diferentes controvérsias e bens simbólicos produzidos, interpretando as categorias pelas quais se constrói uma constelação de problemas e soluções relativos ao ensino médio. Trata-se de avançar a hipótese segundo a qual ocorre uma inflexão na atividade dos institutos e fundações em face do universo educacional, caracterizada pela passagem da elaboração de projetos isolados para a participação propositiva na luta simbólica em definir os componentes das políticas educacionais, de modo que esses agentes recém-chegados precisam legitimar suas intervenções ante os grupos já atuantes. A produção dos dados empíricos é aqui orientada pela Sociologia Crítica de P. Bourdieu e pela Sociologia da Crítica de L. Boltanski.

Os eventos mais notáveis dessa inflexão se referem às estreitas interfaces que comissões legislativas e conselhos do Estado estabeleceram com as organizações empresariais, quais sejam a promulgação do Programa Ensino Médio Inovador em 2009 para induzir mudanças curriculares a partir da captação de tecnologias e práticas didáticas da consultoria privada para a rede pública e a mobilização empresarial em função da reforma do EM via Medida Provisória 746/2016 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, outro elemento distintivo dessa inflexão se refere à participação desempenhada pelos grupos de experts, os quais vêm assumindo posições de porta-vozes nessas organizações, e pelos saberes especializados deles que dão forma às intervenções perpetradas na cena pública. Desse modo, temos como problema de pesquisa interrogar quanto ao sentido de uma instituição dominante na esfera econômica, em particular do ramo das finanças, em participar das lutas simbólicas do universo educacional.